A HORA DO PEÃO E O PIQUETE ENTRE OS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO

(crônica da greve geral de 1979)

Eduardo Stotz

Para Gilson, Jaime, Carminha, "Português" e Marco

Aos operários navais do estaleiro Caneco

Para Gianini, in memoriam

Introdução

A história que apresentaremos nas próximas páginas é a história da greve geral dos metalúrgicos do Rio de Janeiro de 11 a 17 de setembro de 1979. Trata-se de um relato militante.

A história desse movimento coletivo foi registrada com o recurso dos depoimentos daqueles homens e mulheres que sustentaram a paralisação fabril. Por isto, na narrativa "falam" os piqueteiros, os operários anônimos para a grande imprensa, mas conhecidos pela massa das fábricas a que pertenciam. Reservamos um espaço para as notícias da imprensa que circulou antes e durante a greve - dos boletins "de área", passando pelo jornal do sindicato até a chamada "imprensa alternativa". A escolha não vem por acaso: é desta imprensa que vieram os melhores e mais fiéis relatos do movimento grevista. Mas, por razões evidentes, escrever a história de um movimento coletivo não é tarefa fácil. Faz apenas um ano que o acontecimento teve lugar no Rio. Suas consequências ainda se fazem sentir e nem todas as conclusões foram tiradas.

Preferimos dizer que a presente narrativa pretende apenas ser uma contribuição a esta história que está por se fazer ainda, de modo mais amplo, profundo e acabado. A literatura do punho dos próprios operários dá agora seus primeiros sinais. Esta é essencial, pois se é verdade que o caminho da emancipação da classe operária tem de ser obra dos próprios operários, o registro desse aprendizado também deve ser realizado pelos próprios operários.

Rio de Janeiro, dezembro de 1980.

Revisto em abril de 2022

Canções da greve geral

1. Canção dos peões da FIAT durante a greve na fábrica, em 1979.

Eu sou aquele que você vive explorando
que só vive trabalhando
prá aumentar seu capital.
Eu sou aquele que constrói o que tu usas
inda por cima tu abusas
me fazendo viver mal.
Eu sou aquele que você pensa que é fraco
que vai ficar no buraco
pra me matar aos poucos.
Eu lhe garanto sou mais forte
Sabes disso.
Fica o dito por não dito
o teu dia vai chegar.

2. Canção dos metalúrgicos na assembleia da greve geral, em 11 de setembro.

Está com medo, seu Patrão
Chegou a hora do Peão
Está com medo, seu Patrão.
Chegou a hora do Peão
A gente berra. A gente grita
A gente estica o dinheiro, ele não dá
Chega prá lá.
Assim não dá.
ou me dá 83%, ou não vou mais trabalhar
Há, há, há, eu não vou mais trabalhar
83% tem que sair, ou então vamos seguir
Prá nós temos que ganhar

temos mesmo que lutar

Companheiros vamos andar

Prá luta da vitória

Parado vamos ficar

Porque se ele não dá fome vamos passar

Há, há, há, 83% prá trabalhar

Há, há, há, 83% prá trabalhar

Havia-se acumulado muita miséria, muita revolta.

A greve geral dos metalúrgicos de 1979 foi expressão de um longo e complexo processo histórico. Inicialmente devemos ter em mente tratar-se da primeira greve da categoria desde o golpe militar desfechado, em 1964, contra as instituições da democracia burguesa em nome da ameaça da instauração de uma "República sindicalista" no Brasil.

Devemos perguntar-nos, em seguida: quais foram os fatores que colocaram em movimento as massas operárias, depois de dezesseis anos de profunda apatia? Que mudanças ocorreram na vida sindical para que se tornasse possível uma greve geral dos metalúrgicos sob condições ainda tão adversas, dada a permanência do regime militar?

Para entender a movimentação da massa de operários que saem do desânimo, da sombra e do anonimato das fábricas e oficinas, precisamos buscar os fatores irresistíveis que agiram subterraneamente, pois aí encontraremos a explicação última para a energia e a decisão de levar à greve dezenas de milhares de indivíduos. A palavra de ordem do aumento salarial unificou essa massa, deu-lhe uma vontade coletiva. Na boca dos operários presentes nas assembleias gerais a palavra-de-ordem transformava-se em reivindicação precisa: 83% ou greve! GREVE! Assim, o fator fundamental, o motor da greve, foi a situação material dos operários. A violenta exploração e a miséria que sofriam empurrou-os à luta. Mas o problema econômico não é, como pensam muitos dos que se encontram afastados da vida operária, tantos quilos de arroz e feijão a menos na mesa. Para toda uma classe, falar em problema econômico significa falar em exploração. Trabalha-se cada vez mais, num ritmo alucinante, em péssimas condições, sob ameaças e injúrias, e sem compensação salarial. Entre a produção dada nas 8, 9, 10 horas de trabalho diariamente e o salário recebido com ou sem as horas-extras, os operários percebem um fosso enorme. A cada dia, a cada hora, a cada minuto, nestes "átomos" de tempo cresce a riqueza do patrão às custas do trabalho do operário, permanentemente na miséria. Em casa, na hora da mesa, a rala comida que o salário conseguiu comprar. E assim, nos 83% reivindicados, veio junto o grito: chega de arrocho!

Há outro componente, um componente que tem a ver com a situação geral do país. Por volta de setembro de 1979 praticamente todas as categorias do proletariado brasileiro, da cidade ao campo, já haviam realizado greves. Os metalúrgicos de São Paulo, ABC, Contagem, Betim, estavam deixando os metalúrgicos do Rio de Janeiro na berlinda. Na própria cidade do Rio, motoristas de ônibus entravam na segunda paralisação. Os serviços de utilidade pública (do gás, da limpeza pública) e os professores tinham conhecido também a experiência da greve. Para as lideranças e o pessoal mais avançado dos metalúrgicos cariocas, a greve transformara-

se quase numa “questão de honra”. Vista sob o prisma do movimento nacional, os metalúrgicos cariocas bem poderiam dizer, em setembro: nossa hora chegou.

Mas para que toda a revolta se transformasse em ação seria necessária alguma coisa além da vontade de luta. Era imprescindível uma mudança na vida sindical. Aqui importa lembrar sucintamente a evolução que o movimento sindical dos metalúrgicos conheceu desde fins de 1977. Neste ano o interventor Adalberto sofrera fragorosa derrota nas eleições para a nova diretoria do sindicato. A vitória da coligação política que apoiou antigos membros do sindicalismo carioca, com Pimentel na cabeça, representava já o renascer do movimento operário metalúrgico. Sim, porque embora tenham dado o voto a Pimentel, os operários estavam querendo uma renovação na vida sindical. O voto foi na “oposição”. E isto contra toda a campanha anticomunista orquestrada pela imprensa “marrom” dos Senhores Chagas Freitas, Miro Teixeira e Companhia, apesar das fraudes e do 2º escrutínio.

A vitória da chapa presidida por Pimentel significava objetivamente que a vida sindical deveria mudar, que as portas precisavam ser abertas para a entrada da juventude operária, sem grande consciência, mas com muito espírito de luta. O primeiro sinal deste renascimento do movimento operário e da vontade em mudar a vida sindical veio da fábrica de caminhões da FIAT em Xerém, onde se mantivera a tradição de luta que vinha da fundação da Fábrica Nacional de Motores em 1940. A movimentação começou com a eleição dos delegados sindicais da empresa. A briga da liderança, operários de base com longa experiência, era para ampliar a delegação para as seções e estender ao máximo a campanha eleitoral. A diretoria do sindicato dos metalúrgicos manifestou aqui, ainda em começos de 1978, os primeiros sinais de que não estava disposta a aceitar as mudanças necessárias na vida sindical. Tentou dividir o movimento na FIAT. Não conseguiu, porém, esse intento. A plataforma de luta proposta pela chapa vencedora serviria mais tarde para que a campanha salarial da fábrica (a FIAT tinha uma campanha própria, separada do Rio) resultasse numa greve de dois dias. O descontentamento com a atuação da nova diretoria tomou proporções mais amplas na campanha salarial de toda a categoria, em agosto de 1978. Neste momento, uma parcela dos operários, principalmente do estaleiro Caneco, queria a greve. Que não aconteceu, pois a classe não tinha sido suficientemente mobilizada. Dois acontecimentos chamam a atenção nesta fase: a manobra de Pimentel e a vigilância do DOPS. Pimentel, temendo a greve (numa das últimas assembleias grupos de operários gritavam O Caneco vai parar! O Caneco vai parar!) negociou em segredo com os patrões. Convocou a seguir uma assembleia para homologar o acordo, sem o tempo necessário para uma preparação mais ampla nas fábricas. Mesmo assim as lideranças sindicais favoráveis à greve conseguiram chamar uma assembleia representativa para aquelas circunstâncias. Pimentel e a pelegada foram obrigados a apelar...para o corte da energia elétrica! Terminava a campanha, mas a palavra “greve” circulava de boca em boca, até chegar aos informantes do DOPS. Os estaleiros, de onde se acreditava sair a greve, foram então literalmente ocupados pelos agentes da polícia política. Estes fatos já indicavam aos operários mais conscientes o tipo de problemas que teriam pela frente no caso de uma greve.

Estas experiências não deixaram de trazer seus efeitos sobre a coligação política que havia apoiado Pimentel em 1977. Na ocasião, apenas um ou dois sindicalistas de maior expressão tinham feito a advertência de que a candidatura dele não vinha assentada num claro compromisso com a organização de base e com o objetivo de lutar contra o atrelamento do sindicato ao Ministério do Trabalho. Pouco mais de oito meses depois da posse de Pimentel, o número de sindicalistas que chegaram a esta conclusão e haviam se afastado da diretoria, aumentara razoavelmente. Depois da fracassada campanha salarial de 1978, ainda ocorreram

novos episódios, como o 1º de maio e a IXª Conferência Sindical dos Metalúrgicos, os quais demonstraram, definitivamente, que a diretoria presidida por Pimentel não estava disposta a transformar o sindicato num instrumento de luta. Por volta desta época começa a nascer a forma de organização que encaminharia à greve geral – as assembleias setoriais ou reuniões de áreas.

A organização das áreas

Num dos muitos documentos de análise da greve geral, encontramos uma referência interessante a respeito das "assembleias setoriais":

A partir do momento que as lideranças sindicais notaram que a pelegada não estava disposta a fazer greve e transformar essa campanha salarial num marco histórico da classe operária no Rio, transferiram para as reuniões setoriais e seus respectivos representantes o poder de determinar os rumos do movimento. Esta conquista não foi grátis, foi necessário transformar as reuniões de campanha salarial em verdadeiras assembleias, com a participação de 50 a 100 operários.

De fato, como veremos pelos relatos, as reuniões de área ou assembleias setoriais representavam a transferência do poder de decisão das mãos da pelegada para os elementos mais combativos da classe operária. Por outro lado, dada a falta de bases organizadas nos dispersos distritos industriais do Rio, as setoriais vinham preencher uma lacuna com razoável eficiência – pelo menos na fase de mobilização para a greve.

As primeiras reuniões de área ocorreram antes da assembleia geral de 22 de junho. Ocorreram nos estaleiros (Caneco, Emaq e Ishikawajima), General Eletric e fábricas próximas, em Campo Grande e Caxias. Nas três primeiras áreas houve um comparecimento de 30, 40 e 20 operários, respectivamente. Nas demais áreas (Jardim América, Nova Iguaçu e Inhaúma) o esquema falhou porque o sindicato ficara com a iniciativa. Como os ativistas de base ainda estavam desarticulados, a diretoria conseguiu impedir reuniões nestas últimas áreas. Em Nova Iguaçu o pelego fechou a porta da subdelegacia sindical, pura e simplesmente.

Algumas informações a respeito da discussão mostram como ainda era frágil todo este movimento sindical de base. Levantaram-se propostas de minuta: 80% de aumento, não desconto do abono, quadro de carreira, salário profissional, pagamento da taxa de insalubridade (e dos equipamentos de proteção, assim como o problema de acabar com a insalubridade), estabilidade de comissões ou delegações de fábrica. Estas discussões não chegaram a qualquer resultado positivo. No caso de Caxias, onde o controle da pelegada foi completo, sequer houve debate. Onde ocorreu, marcou-se por uma certa confusão, principalmente na General Eletric, haja vista a polêmica entre "estabilidade para comissão ou para a delegação". Não estava clara para os operários a diferença entre estas duas formas organizatórias de base, uma independente e outra ligada à estrutura sindical.

A assembleia de 22 de junho refletiu a falta de preparação nas bases. Estavam presentes mais ou menos 200 operários. Começou com uma hora de atraso e "problemas técnicos" no serviço de microfonia. Muitos operários não ouviram o que os oradores inscritos diziam. A pelegada, além do mais, conseguira diminuir, de cinco para três minutos, o tempo de intervenção de cada orador. Logo se passou à apreciação das propostas, que se resumiram à formação da comissão salarial e a data de nova assembleia geral. Venceu a proposta de uma comissão salarial aberta, cuja primeira reunião foi marcada para o dia 28. Inscrita com 100 participantes, a comissão deveria eleger uma executiva e criar dois "órgãos" – propaganda e de salário. Tinha

por tarefa marcar, também, reuniões das áreas. Importa registrar aqui que estas propostas foram vencedoras com o apoio de um pequeno número de elementos que, ou faziam parte, ou apoiavam a diretoria. Evidenciavam-se as divergências existentes, cujas razões apontamos acima. Mas uma destas divergências teria consequências futuras: a diretoria conseguira extinguir a comissão de sindicalização, apesar desta comissão admitir publicamente que abriria mão do salário percebido por esta tarefa. Em parte tal medida ajudaria a manter o quadro de sindicalização nos níveis dos 14.000 até 1980.

Depois da assembleia do dia 22, realizou-se a reunião da comissão salarial. Inicialmente a comissão preocupou-se apenas com aspectos de organização interna. Marcou outra reunião só para formar a executiva, depois a executiva marcou outra para definir os "cargos" e os nomes propostos. Tudo isto consumiu um tempo desnecessário, sem que fosse realizada a discussão das reivindicações e tomadas medidas para uma ampla participação da massa na campanha salarial. Ademais, a executiva, eleita por 17 votos a 15, era composta por elementos identificados com a diretoria. Este resultado foi conseguido graças à presença de operários sem muita consciência de classe, operários formados no espírito do sindicato assistencialista. O caráter da executiva sobressaía-se também na deliberação, contrariamente ao que havia decidido a comissão salarial, de permitir que seis diretores do sindicato votassem na escolha do "cargo" de Presidente e Secretário daquele primeiro órgão da comissão salarial.

Nas assembleias setoriais verificou-se um progressivo crescimento do número de operários e fábricas representadas:

Jardim América 1ª reunião (18 de julho 2ª reunião (24 de julho)	 40 30	 Ficap, Gillete, Fabrimar, Metalon, CBV, Metropolitana de Aço Ficap, Metropolitana e outras
Avenida Brasil 1ª reunião (20 de julho) 2ª reunião (25 de julho)	 8 12	 Ativistas sindicais White Martins, Ciferal
São Cristóvão (19 de julho)	 15	 (sem informação de empresas)
Jacaré 1ª reunião (sem informação de data) 2ª reunião (sem informação de data) 3ª reunião (sem informação de data)	 11 44 15	 (sem informação de empresas) General Eletric, Águia (sem informação de empresas)
Construção naval (sem informação)	 30	 Caneco, Emaq, Ishikawajuma
Inhaúma (sem informação)	 10	 (sem informação de empresas)

Comissões interfábricas foram organizadas na maioria destas reuniões. O nome, contudo, não correspondia ao que de fato eram. Tratava-se mais de encarregados da agitação nas fábricas. Comissões deste tipo saíram das reuniões de Jardim América, Avenida Brasil, São Cristóvão,

Construção Naval (23 do Caneco, quatro da Ishibrás, três da Emaq). Nas reuniões discutia-se também a minuta das reivindicações. Neste momento, o aprendizado na base da experiência já se fazia sentir. Exemplo disto foi a distinção entre delegação sindical e comissão de fábrica. Na reunião da área de Jardim América, Waldir Vicente, ex-presidente (gestão 1970/73), conhecido por suas posições pelegas e acusado de "policial" por muitos ativistas sindicais, quis dizer que delegação e comissão eram a mesma coisa, mas o pessoal mais combativo demonstrou o contrário, lembrando a experiência da greve da FIAT, bem recente. Nas assembleias setoriais onde a diretoria do sindicato tinha pouca representatividade, ou até nenhuma, como na 2ª reunião da Avenida Brasil, a discussão chegou a concluir que a greve seria necessária, mas que o sindicato não assumiria. Então, concluíram que a própria setorial deveria conduzir a greve.

O problema do desconto sindical de 1% foi outro ponto importante de discussão nesse momento. Uma monstruosa dívida assumida pelos interventores antes da posse de Pimentel, fora simplesmente transferida para as mãos da nova diretoria. Ao invés de denunciar esse legado, a nova diretoria atirou sobre os ombros da categoria o ônus decorrente de uma intervenção por todos odiada. Na reunião de Jardim América, o assunto foi colocado nos termos de uma escolha entre desconto opcional ou obrigatório. Por 17 a 15 votos venceu a última proposta, defendida por Waldir Vicente. Na defesa, ele havia argumentado que não pagar o desconto equivalia a perder o sindicato. Na dívida contraída estava pressuposto um déficit sem a cobertura de receita exigida pela CLT. Sabe-se que a legislação getulista amarrou muito bem o destino do dinheiro do Imposto Sindical cobrado em folha de pagamento dos trabalhadores, sindicalizados ou não. Mais uma vez ficava evidente que a diretoria do sindicato não estava disposta a lutar contra as amarras que prendem o sindicato ao Ministério do Trabalho.

Greve na Fábrica

Enquanto o movimento nas áreas começava lentamente a se desenvolver, os operários da FIAT entraram em greve. Abriu-se uma nova fase, antecipando a luta mais geral que iria acontecer em setembro. Embora houvesse receptividade a uma ação de solidariedade em algumas empresas, principalmente no Caneco, a greve da FIAT repercutiu principalmente no plano das lideranças. Vimos como esteve presente nos debates das reuniões de área. O impacto maior, porém, se deu entre a própria diretoria do sindicato. A greve da FIAT representou a primeira derrota política aberta do peleguismo encastelado na diretoria.

A FIAT era a nova empresa que adquirira o patrimônio de uma antiga fábrica estatal de caminhões, fundada por volta dos anos 40, a Fábrica Nacional de Motores (FNM). Pioneira no ramo automobilístico, a FNM passara, na década de 60, às mãos de uma empresa privada, estrangeira, a "Alfa Romeo" e finalmente para as da FIAT, ambas de capital italiano. O chamado bairro da FNM onde fica a fábrica (Km 23 da Rio-Petrópolis) tem a sua vida determinada em grande parte pela fábrica, onde antigamente trabalhavam seis mil operários e atualmente apenas três mil. A FIAT, ex-FNM, tem uma longa tradição de luta. Quando da transferência da propriedade, houve paralisações e lutas. Seguiram-se movimentos contra demissões. O velho Partido Comunista Brasileiro tinha ali uma das suas bases mais fortes, mas devido à debandada geral diante do golpe militar, perdera gradativamente influência. Aliás, Entre os ativistas sindicais circula a história de que muitos operários foram mortos, outros presos, demitidos. Para isto teria contribuído o apresamento de uma lista com os nomes dos operários que haviam apoiado a legalização do PCB.

A violenta repressão desencadeada sobre o movimento operário em 1964, afetou também os operários da ex-FNM. Mesmo assim, a tradição se manteve. E, por volta de 1978, como notificamos, a delegação sindical de fábrica voltou a ter uma expressão maior. É com base nesta delegação que foi encaminhada a campanha salarial do mesmo ano. Entretanto, a diretoria do sindicato conseguira recuperar influência sobre parte da delegação sindical. Esta parte apoiou a comissão de salário instituída pelo sindicato, uma comissão que carecia de representatividade. Só para se ter uma idéia, o presidente da comissão era engenheiro da fábrica!. A outra parte da delegação fazia oposição ao Sindicato. Nestas circunstâncias, a greve teria que se dar à revelia do Sindicato.

No dia 23 de julho, as seções Brasília e montagem, coração da fábrica, pararam. A greve tornou-se geral no dia seguinte. Na noite do dia 23 houve uma assembleia no Clube Piauí, ao lado da fábrica. A diretoria do sindicato tentou manobrar e esvaziar a greve. Isso porque havia um compromisso da diretoria do sindicato com os patrões. Em carta informação aos empregados da FIAT assinado pelo Gerente das Relações Industriais afirma-se que o sindicato confirmou que dia 24 a situação voltaria ao normal. Na assembleia realizada no dia 25, às horas, um operário tentou falar, mas foi agredido pelo presidente da comissão de salário da Campanha dos Metalúrgicos do Rio, Jarbas Amorim. Desatou-se então uma briga. No dia seguinte, direção da FIAT, acostumada a esvaziar movimento de resistência dos operários e contando com o clima criado na assembleia, demitiu e manteve detido Luis Paulo Gianini, integrante da comissão de salário e operário de grande liderança na empresa. A massa operária, que pensava voltar ao trabalho, reagiu a esta violência patronal, surpreendendo a empresas e os pelegos. A greve adquiriu uma força redobrada e uma nova qualidade. Ao exigir a soltura de Gianini, logo concedida, os grevistas formaram uma nova comissão de salário depurada dos pelegos e do engenheiro, comissão que assumiu legalmente o movimento dentro da fábrica. E isto obrigou o sindicato a assumir oficialmente a negociação com os patrões sob as ordens dos operários organizados na fábrica. E então se constituiu a primeira comissão de fábrica do Rio de Janeiro. O fato deu-se na assembleia, quando Gianini discursava:

A nossa briga...

Aplausos e refrão em coro:

A nossa massa unida jamais será vencida!

Quando a massa toma consciência que ela jamais será vencida nós vamos virar o barco, ta! Portanto, companheiros, a comissão da fábrica é este instrumento, divulgar, ampliar, inicialmente aqui em Xerém, Caxias, no Estado do Rio todo. É importante outro troço, a comissão de fábrica vai ser eleita agora, os companheiros vão subir no palco, não importa...Os companheiros que estão com disposição, vamos subir com a gente, porque a comissão de salário está com vocês firme aí, e vamos batendo palmas porque a guerra é esta!

Assim, sob aplausos, um a um, até o número 100, formou-se a Comissão da FIAT. A Comissão coordenou a greve, organizou o Fundo de Greve e mobilizou a massa para um ato público em Caxias, com mil participantes. Os resultados finais favorecem amplamente os operários: o acordo salarial foi aceito, Gianini retornou ao trabalho, conseguiu-se a estabilidade para a Delegação Sindical.

Desmoralizada diante da massa em greve, a diretoria mudou de tática, apoiando a greve. Mas as repercussões da greve afetaram toda a campanha salarial. A diretoria do sindicato viu-se abrigada a engolir a propaganda massiva da greve da FIAT através do material do próprio

sindicato, bem como a convocação de uma assembleia de solidariedade aos companheiros da FIAT. Da mesma forma, careceu de forças para bloquear abertamente as iniciativas e a independência das assembleias setoriais do Rio. O radicalismo verbal passou a ser, desde este momento, uma forma da diretoria recuperar-se do desgaste sofrido.

A assembleia de 27 de julho e as manobras da diretoria do sindicato

O crescimento da mobilização nas áreas e a greve da FIAT marcaram a assembleia de 27 de julho. Estiveram presentes de 400 a 500 operários – praticamente o dobro da assembleia anterior. Uma parte da Comissão de Fábrica da FIAT participou do evento. Todos oradores, sem exceção, referiram-se à greve, ressaltando a experiência da FIAT. A intervenção mais aplaudida pela massa foi a que se referiu inicialmente a luta naquela fábrica e concluiu com a conclamação: "83% ou a greve!", repetida em coro pela assembleia. Pediu ainda para espalhar a palavra de ordem por todos os centros e de todas as formas. A minuta de reivindicações foi aprovada. Havia pontos consensuais (83% de aumento sem desconto, piso salarial para a categoria metalúrgica de Cr$ 6.114,00). Abertas inscrições para apresentação de emendas, chegou-se ao seguinte resultado: quadro de carreira, reivindicado pelos metalúrgicos da área naval (derrotada), estabilidade de emprego (derrotada), desconto sindical de 1% opcional (aprovada), 40 horas semanais (aprovada) e fim de obrigatoriedade das horas-extras (aprovada). O item sobre o desconto sindical de 1% levou a outra resolução: seria destinado, proporcionalmente, ao sindicato e ao Fundo de Greve autônomo do Sindicato.

Porém a diretoria, enquanto radicalizava verbalmente, preparava novos golpes. Depois da assembleia, a comissão salarial iria reunir-se para redigir os termos da minuta de reivindicações a se apresentada aos patrões. Antes desta reunião, a diretoria, de pleno acordo com a executiva da comissão de salário que, vimos antes estava identificada com a diretoria, modificou vários pontos decididos em assembleias (desconto opcional virou obrigatório, retificou-se o fim da obrigatoriedade das horas-extras, incluiu-se um item sobre demissões por justa causa, etc.). Na reunião da comissão, diante das críticas por tais alterações, a executiva não assumiu o compromisso com Pimentel. Mas traiu-se quando defendeu as modificações feitas. O porta-voz de uma das correntes alegou que as mudanças foram "erros de redação do advogado", dada a urgência de encaminhar a minuta aos patrões. Esta mesma argumentação seria depois utilizada em assembleia. Para confundir, diziam os membros da Executiva: "opcional é um termo usado pelos patrões". O problema, de fato, era uma redação mais clara: nenhum desconto. Mas passou, da forma dúbia mesmo.

Para se ter uma idéia das tentativas de esvaziar a mobilização de base, importa lembrar aqui o episódio da discussão sobre a distribuição da propaganda nas fábricas. Jarbas, um sindicalista conhecido por seus compromissos com a diretoria e pela desastrosa atuação na FIAT, criticou a diretoria por não estar fazendo distribuição da propaganda nas portas de fábrica. Encontrou imediatamente a resposta de outro membro da Executiva de que os 14 membros da diretoria estão fazendo propaganda. Ficava a deixa para Jarbas propor, em seguida, a unificação da propaganda nas mãos da diretoria, que até então competia a cada setorial. Mas foi derrotado amplamente pelos 40 operários presentes.

As tentativas da diretoria em retomar o controle da campanha salarial não cessaram. Ela procurou reforçar-se nas áreas onde sua presença era ainda unilateral (caso de São Cristóvão), ou onde o sentimento contra o sindicato era bastante forte (caso de Inhaúma). A tática empregada variou, de caso para caso, mas a tônica geral foi a "radicalização".

A decisão pela greve geral

Na segunda semana de agosto de 1979, a participação da massa na campanha deu um salto:

São Cristóvão (10 de agosto)	45	Cofabam, Rheem, Sauer, Schindler, Coderte
Inhaúma (10 de agosto) (17 de agosto)	200 250 a 300	Silano, Kabi, Cidam, Transmatic, M. Agostini, Eletromar, Siemens, Standart. Transmatic, Silano, Cidam, Kabi
Av. Brasil (15 de agosto)	100	White Martins, Caio, Ciferal, Metalmec, Higrotec
Jacaré (17 de agosto)	27	General Eletric

Como dissemos, a diretoria do sindicato resolvera passar à ofensiva, utilizando uma linguagem agressiva e "radical". Em São Cristóvão, Pimentel falava dos "15 anos de exploração" e dizia que "negociar com os patrões só com as máquinas paradas". Convidava os operários presentes a participar da Comissão Salarial, e deixava a impressão (para o pessoal mais inexperiente) de que fazia parte de uma diretoria combativa e interessada nos problemas da classe. Em Inhaúma nenhum membro do sindicato se apresentou, pelo menos oficialmente. Entretanto, logo na hora da escolha da mesa para coordenar a assembleia de 200 operários, um tal Martins foi indicado por alguém. E o tal Martins, usando da palavra, começou por falar na luta na Nicarágua, no socialismo, para o grande espanto dos operários ali presentes. Era pessoal da Silano, Kabi, Transmatic, M. Agostini (Aladim), Eletromar, que participavam de uma reunião pela primeira vez. Havia pelo menos umas 50 mulheres. Imediatamente os operários mais conscientes tomaram a condução da reunião, começando pela apresentação da carteira profissional: O negócio não é Nicarágua, é se organizar nas fábricas. Temos que lutar por 83% ou ir à greve. Precisamos formar as comissões nas fábricas. 1% para o fundo de greve. As intervenções foram bastante aplaudidas e mudaram completamente o rumo da assembleia. Um tal de Gilvan tentou retomar ainda a conversa sobre a Nicarágua, mas foi imediatamente interrompido. Mais tarde soube-se que era gente do sindicato, que a referência à Nicarágua – um justo exemplo de luta pela libertação dos trabalhadores – tinha objetivo "bagunçar o coreto". Não conseguiram. Outros operários falaram: A máquina somos nós e a riqueza nós que produzimos. Se nós paramos, todos morrem de fome. Manifestavam a consciência de que os operários fazem parte de uma classe que tudo produz mas é explorada pelos capitalistas. A consciência de que a sociedade depende desta força de trabalho, de que a economia capitalista somente se desenvolve na base da exploração da classe operária. Pela primeira vez desde muitos anos começava-se a falar, entre os metalúrgicos cariocas, numa linguagem de classe. Depois vieram as propostas práticas: a hora do almoço deveria ser aproveitada para fazer propaganda nas fábricas, convocando assembleia para o dia 17, ocasião em que seria formada a comissão da área.

A proximidade da assembleia geral da categoria acelerou a mobilização nas áreas. Na Avenida Brasil, dos 100 operários presentes, pelo menos 20 eram da White Martins. O pessoal do sindicato não esteve presente, o que suscitou a cobrança e a dúvida de um peão se a reunião deveria ocorrer sem a presença da diretoria. A resposta veio logo: quem decide é o peão. Entre os assuntos discutidos, além das reivindicações, falou-se muito na comissão de fábrica, na unidade da massa operária nas fábricas. Outra questão ressaltada: a necessidade da participação e o papel da mulher operária na luta.

Na área de Inhaúma, a nova assembleia contou com um número maior do que a anterior. Os participantes decidiram que a categoria iria à greve caso não conseguisse os 83% na mesa de negociação, sendo indispensável a organização nas fábricas. Desta vez falaram operários de massa. Formou-se uma comissão com 20 operários.

Na General Eletric, elementos da diretoria "radicalizaram" e levaram vantagem na reunião com operários do 1º turno, quando estiveram presentes 14 operários. Mas na do 2º turno, perderam para o pessoal mais combativo que conseguiu manter a organização da área nas mãos dos trabalhadores da própria área.

A oposição sindical

Depois da greve da FIAT, a liderança operária mais expressiva – que se pautava pela defesa de um sindicato organizado pelas bases e compreendia que um sindicalismo deste tipo pressupunha a luta contra o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho – começou a buscar uma prática comum. Com vistas a esta prática foi proposta uma Carta de Princípios, mas não houve possibilidade de um acordo em todos os pontos. A discrepância em aspectos do trabalho sindical revelava, naquele momento, uma visão diferente entre os vários operários acerca da participação no sindicato. Uns eram a favor, entendendo que, apesar de estar atrelado ao Estado dos patrões desde o Estado Novo, a classe não conhecia a experiência de um sindicalismo livre. Outros combatiam esta participação em princípio, pressupondo o combate a qualquer dirigente profissional. Este confronto de posições não se deu abertamente, mas "filtrava-se" nas pequenas questões. Quanto à campanha salarial, acertou-se a defesa das reivindicações da minuta aprovada em assembleia geral contra as alterações feitas pela diretoria do sindicato. Acertou-se também levar à assembleia geral a proposta de substituir a Executiva da comissão de salário. Além destas medidas, foi elaborado um boletim, que seria distribuído na Assembleia geral do dia 24 de agosto.

Quando se realizou a reunião da comissão salarial, a pelegada já tinha informe dos propósitos da oposição de derrubar a executiva. Sua intervenção, apoiada por ativistas que não faziam parte do grupo dirigente do sindicato, foi toda no sentido de "ampliar a representatividade" da executiva. Isto viria a prevalecer, incluindo-se um representante operário de cada setorial (área). Decidiu-se também marcar a assembleia decisiva para o dia 11 de setembro.

Caneco: o coração do movimento operário

A assembleia geral do dia 24 foi precedida de uma ampla convocação nas fábricas. O Sindicato lançou um jornal especial, onde apresentava a proposta de Minuta (modificada). Cartazes foram colados em postes e pichações feitas nos muros das fábricas. O boletim do Movimento da Oposição Sindical circulava nas fábricas advertindo a classe contra o peleguismo. O "peão" é que deveria decidir.

Na mobilização destacava-se o pessoal do Caneco, estaleiro situado no Cajú, com 3.000 empregados. A tradição de luta da área naval vinha de longe, do período anterior ao golpe de 1964. O Sindicato da Área Naval teve sua carta de reconhecimento cassada pelo Ministério do Trabalho, em virtude da ameaça que representava para a burguesia. Passou a fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas. Em 1978, fora o setor que levantara a posição de greve. Em 1979, contava com uma comissão própria, que se reunia no horário do almoço.

Quando chegou o dia da Assembleia Geral, os operários do Caneco organizaram uma passeata da empresa até o Sindicato. À altura da Rheem Metalúrgica, eram 300 operários carregando faixas. A estes se ajuntou uma massa de aproximadamente mil operários que entraram na sede do Sindicato, na Rua Ana Néri, gritando as palavras de ordem inscritas nas faixas e os nomes das fábricas:

CANECO! CANECO!

Entrecortavam-se outros gritos:

FIAT! FIAT!

GE! GE!

Mas todos se uniam numa só voz:

Um, dois, três, queremos 83!

Cinco mil operários metalúrgicos presentes tinham ido ao Sindicato em comitivas apenas para ouvir a palavra de ordem GREVE. A assembleia transcorreu tumultuada do começo ao fim, a massa manifestava-se o tempo inteiro, descarregando uma energia contida por anos a fio. A vibração era enorme, a vontade de lutar parecia inesgotável e prestes a explodir. Esse movimento completamente espontâneo, demostrava que ninguém - diretoria, ativistas independentes, grupos políticos ou oposição – detinha alguma liderança. Ninguém conseguiu controlar a confusão e impor um rumo à assembleia. Na confusão, saíram-se bem os pelegos. Sempre encontram uma forma de aprovar suas posições. Desta vez foi a "ampliação" da executiva da comissão salarial. Conseguiram assim dar uma legitimidade à executiva, e também preservaram a diretoria de provável acusação de incitamento à greve por parte do Ministério do Trabalho. Naquele momento a pelegada sabia que ou flutuava na onda violenta da massa, ou soçobrava. Preferiu aderir e aguardar o momento propício para propor o recuo da luta.

A tática patronal

Os patrões temiam a greve. Nas negociações entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal, as propostas foram chegando mais perto das reivindicações. Depois da assembleia geral do dia 24 de agosto, os patrões sentiram que era preciso conceder alguma coisa para evitar a greve. Subiram a proposta de aumento salarial, de 65% para 71%.

Acenaram com esta concessão, mas ao mesmo tempo "trabalharam em baixo", exercendo pressão sobre os operários nas empresas. Eis alguns exemplos: na CIFERAL, encaminharam uma lista para quem quisesse trabalhar e ganhar em dobro; na ISHIBRÁS, convocaram individualmente os operários para propor-lhes aumento, querendo desta forma comprar as

prováveis lideranças; ao mesmo tempo ameaçavam chamar a polícia e buscar os operários em suas casas se a greve viesse acontecer; na EMAQ, o engenheiro percorreu as seções para dizer que a empresa daria o aumento do acordo e quem fizesse greve seria despedido; na ELETROMAR, concederam 30% de adiantamento; na WHITE MARTINS, 10%; na CIDAM o patrão prometeu fechar a fábrica em caso de greve; na CBV, promessa de que dariam os 83% reivindicados.

Todo operário consciente conhece esta tática conhecida pela frase "morder e assoprar". Trata-se de um comportamento generalizado por todo o país. Mas as concessões localizadas e a atitude mais flexível nas negociações revelavam a fraqueza da burguesia carioca. Uma fraqueza no plano econômico e social. Apenas a FIAT, GE e estaleiros poderiam agüentar uma greve de duração mais prolongada. A maioria das empresas - médias e pequenas - não teria como cobrir os prejuízos nos lucros. Não é como em São Paulo, que tem uma classe patronal forte e concentrada, com a maioria das empresas subsidiárias de capital estrangeiro, que podem fazer "seguro contra greve" e agüentar mais de um mês de paralisação. Esta situação objetiva diversa da burguesia carioca explica também que à frente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) estivesse um elemento "liberal", conhecido como um "bom negociador", proprietário da Induco, o Sr. Carreira.

Contudo, a burguesia carioca dispunha de outros trunfos. Fraca no plano econômico, ela dispunha, entretanto, da máquina do Estado para fazer valer seus interesses. Poderia contar com o Ministério do Trabalho para uma possível intervenção no Sindicato, garantida pela CLT. Sabia que a ameaça de intervenção pesaria sobre a cabeça da diretoria sindical, como uma "espada de Dâmocles". Vacilante, temerosa quanto às suas posições e prerrogativas sindicais, a diretoria era um elemento de apoio da burguesia dentro do movimento operário. E em recurso extremo, com a decretação da ilegalidade de uma greve, a FIRJAN contaria com a repressão policial. Pouco antes da assembleia geral de 24 de agosto, o Comandante do Iº Exército, o general Gentil Marcondes declarara, num jantar de confraternização com os patrões, que "a Revolução de 1964 está viva". Ou seja, o Alto Comando das Forças Armadas estaria a postos para defender os interesses da classe patronal.

Novas setoriais

Diante das pressões patronais, poder-se-ia pensar que a greve começaria parcial e desorganizada. Contudo, havia uma enorme disposição de luta na massa operária em setores importantes como os estaleiros, as fábricas da área da Avenida Brasil e da área de Inhaúma.

Então, no dia 31 de agosto, realizou-se, no estaleiro Caneco, uma assembleia com aproximadamente 100 operários. Já falamos que esta empresa era o verdadeiro "coração" do movimento. Existia uma "comissão" de 16 operários que, em reuniões diárias na fábrica agrupava perto de 60. Na assembleia setorial, a discussão disse respeito aos rumos da greve. Duas posições se confrontaram. O representante da setorial informou que o sindicato deveria dirigir a greve, ser a única referência para a massa e qualquer outra orientação deveria ser vista como "provocação". Da parte da oposição sindical vinha outra visão: a organização da greve devia ficar nas bases, pois caso houvesse intervenção no sindicato, a luta precisaria continuar. Os operários entenderam na prática que a última posição era a mais justa.

A assembleia na General Eletric realizada no dia 4 de setembro, teve uma média de 80 operários do 1º turno. A diretoria do sindicato estava ausente, pois se mobilizara para a

negociação com os patrões; isto deixava patente uma atuação fora da produção que sempre a caracterizara e, sobretudo, o peso dado às negociações permitia concluir que estava mais interessada em "segurar" do que preparar a greve. Como não aparecesse nenhum elemento a falar em nome da diretoria, a oposição abriu a assembleia. Toda a preocupação voltou-se para a organização da área e sua importância na conquista das reivindicações, lembrando exemplos positivos (como o da Schindler em 1968). O representante operário deveria ser substituído caso não correspondesse ao compromisso com a área. Discutiu-se a formação do piquete e a possibilidade de haver intervenção no Sindicato. Outro problema enfrentado foi o dos altos fornos, sendo decidido um sistema de rodízio para a sua manutenção. Em defesa da participação da mulher operária na greve falou uma metalúrgica da oposição. A disposição em ir à greve era grande. Teve até momentos em que a massa gritava em coro a GE vai parar! Ao final da assembleia, apareceram os elementos da GE comprometidos com a diretoria do sindicato. A Comissão interfábrica ficou composta por operários da GE, Hitachi-Line, Transmatic e três fábricas menores.

Na Avenida Brasil, mais ou menos 250 operários reuniram-se em assembleia no dia cinco de setembro. Apareceu a primeira faixa, da Imesa ("chega de arrocho", "83%", "Imesa"). A maioria vinha da Ciferal, seguindo-se em número menor Imesa e depois White Martins. Elementos da oposição destacaram a necessidade de organizar a greve: a área deve ter uma estrutura própria, com um comando e baseada no piquete. Elegeu-se o representante e o suplente, que deveria corresponder às reivindicações e decisões da área, garantindo a sua voz nas assembleias sindicais. Discursos mais inflamados falaram da participação da mulher, na necessidade de lutar até o fim, pela greve e pela formação de comissões de fábricas. A massa respondia a gente vai parar! Alguém do sindicato defendeu a diretoria, mas foi rebatido com exemplos da campanha salarial de 1978, abono de inícios de 1979 e greve na FIAT. A assembleia terminou com a formação de uma "interfábrica" aberta a todos, com apenas um elemento responsável pela sua articulação.

Em Inhaúma, no dia seguinte, 100 operários discutiram a organização da área. O número diminuiu porque a convocação havia sido muito fraca, mas também por causa de opinião existente sobre a greve já decidida. O pessoal da Cidam, por exemplo, falou que só viera para dar apoio, esquecendo-se que a organização seria vital para encaminhar e assegurar a greve. O comando de greve na área foi constituído. Um operário da Wayne lembrou o exemplo da FIAT para destacar a organização fora do sindicato.

Ofensiva da oposição sindical

Entre a reunião dos estaleiros e a da GE, houve um encontro do pessoal da oposição. Deste encontro saiu o primeiro boletim assinado "Grupo de Articulação da Oposição Sindical". Levando o nome de "O Piquete", diz o seguinte:

Vamos à greve unidos e só voltaremos ao trabalho depois de atendidas as nossas reivindicações. A greve, para ser vitoriosa, tem que ser organizada. A nossa organização tem que ser pelas bases, tem que ser nas fábricas.

Em cada fábrica formar uma Comissão de Fábrica com participação de representantes de todas as seções. Em cada setorial formar uma Comissão interfábrica e ampliar e reforçar as que já existem.

Nas setoriais temos que eleger um representante de cada área, conforme foi decidido na assembleia geral do dia 24 de agosto, para participar da Executiva da Comissão de Salário.

Perguntando por que seria importante organizar a greve a partir das fábricas e não do Sindicato, o boletim responde:

Vamos aprender com os companheiros que já fizeram greves. Nos outros estados os patrões tem usado como arma a ameaça de intervenção nos sindicatos...Ante essas ameaças muitas diretorias sindicais recuam e procuram rapidamente fazer acordo com os patrões traindo a classe.

Aqui no Rio a atual diretoria do sindicato tem feito o mesmo: vem nos traindo desde a campanha salarial de 78; nos traiu na campanha do abono e nos traiu vergonhosamente na greve da FIAT.

Cita outros exemplos de traição, como a modificação arbitrária da minuta de reivindicações, *como a conciliação da Executiva da Comissão de Salário* e chaga à conclusão de que a direção de greve deve *ficar nas mãos da assembleia geral e sustentada nas Setoriais coordenadas entre si. Formando o Comando da greve e com Fundo de Greve controlado pelos operários*.

O forte apelo à organização de base aos peões se enfeixava na palavra de ordem mais geral:

Se a classe operária tudo produz a ela tudo pertence!!!

A distribuição deste boletim nas áreas começou pela Setorial da GE, de que já falamos. Foram distribuídos 250 exemplares. Na Avenida Brasil, 500. Em Inhaúma, 250. Eram entregues "bolos" para serem levados às fábricas.

O crescimento da influência da oposição não era, porém, acompanhado de um nível organizatório correspondente. Na Avenida Brasil, por exemplo, a responsabilidade pela articulação da interfábrica não ficou com elemento da oposição e o mesmo aconteceu em Inhaúma.

Após a distribuição do "Piquete", a diretoria do Sindicato lançou um número especial do jornal META, extremamente agitativo, no qual defendia a greve e ao mesmo tempo denunciava os "provocadores".

Situação de conjunto

A disposição de luta dos metalúrgicos era enorme. Cada nova assembleia geral demonstrava o crescimento do número de operários interessados e dispostos a parar pelo aumento de 83%. Contudo a preparação para a greve geral era ainda claramente insuficiente. Inicialmente, não se alertara a categoria para a dificuldade em conseguir de uma vez só as reivindicações principais. Deixou-se a ilusão de que não haveriam descontos pelos dias parados. No plano organizatório, o Fundo de Greve era uma ficção. A organização nas bases estava restrita a quatro setoriais – estaleiros, Jacaré, Avenida Brasil e Inhaúma. Na maioria das setoriais predominavam elementos vacilantes ou abertamente pelegos.

Visto em termos de relação de força, a oposição estava em desvantagem. E às vésperas da decretação da greve, uma importante reunião deixou de ocorrer, impedindo a articulação necessária para intervir na greve. As velhas divergências em torno da participação no sindicato voltavam a aparecer nas fileiras da oposição. Uma parcela acreditava que se deveria esgotar

todas as possibilidades de utilização do sindicato, participando da comissão salarial. A outra tendência caminhava no sentido oposto. Não comparecendo à reunião, passou a atuar sozinha.

O sindicato, porém, estava unido. No dia 10 de setembro, em reunião da comissão salarial (60 presentes), fechou-se a unidade sindical da greve. A proposta da "oposição" era de realizar assembleias gerais permanentes, mas perdeu por 57 a 9. Pimentel falou que o sindicato assumia a greve, mas que a comissão salarial dirigia. Mas outros elementos da diretoria achavam que o sindicato deveria dirigir a greve. Ficou o dito pelo não dito, a diretoria apenas "apoiou" a greve, entregando à comissão salarial a tarefa de direção. Já se espelhava aí o comportamento covarde que a diretoria do sindicato iria assumir durante a greve.

A decretação da greve geral

A assembleia geral que no dia 11 de setembro decretou greve foi precedida por uma concentração defronte a Rheem Metalúrgica, às 18 horas. Operários vindos dos estaleiros do Caju juntaram-se a de outras áreas e da própria Rheem, num total de 2.000. Com faixas as mais diversas -entre as quais "Sindicato livre", "Comissão de Fábrica" – iniciaram passeata até a sede do Sindicato dos Metalúrgicos. No percurso gritavam: "83% ou greve!" A entrada no Sindicato ocorreu também por grupos de fábrica, o pessoal gritando GREVE! o tempo todo.

A comissão salarial apresentou o relatório das negociações. A cada contra-proposta patronal a massa respondia com vaias. Falaram 11 representantes de área. Ativistas sindicais de São Caetano e de Niterói também fizeram uso da palavra. Todos fizeram intervenções agitativas e radicalizadas.

Quando foi franqueada a palavra para a assembleia, os operários da FIAT, que haviam chegado num grupo de 100, gritavam "abaixo a pelegada". A diretoria, através de Antônio Carlos, chamou o boletim O Piquete, que estava sendo distribuído na assembleia, de "provocação dos operários da FIAT". Apesar das vaias, a diretoria arranjou as coisas de tal forma que a liderança da FIAT não pôde falar. Para falar em nome da FIAT, arrumaram um operário da delegação sindical da fábrica, tentando com isso descaracterizar a verdadeira liderança.

A greve foi em seguir votada, por três vezes consecutiva, todas a favor, com unanimidade.

Terminada a assembleia, as setoriais se reuniram para organizar os piquetes.

Diário da greve geral: seis dias de luta

12, quarta-feira.

A situação de conjunto era a seguinte: estaleiros – totalmente paralisados depois da ação do piquetão do Caneco (a Ishikawajima aderiu a muito custo); Guadalupe – pararam as fábricas grandes; São Cristóvão – pararam as fábricas grandes; Standart (Vicente de Carvalho) – parada total depois da resistência de fura-greves; Avenida Brasil – pararam as grandes; Inhaúma – pararam as grandes; Jacarepaguá – parada espontânea. Grande parte das empresas de São Cristóvão e região Centro-sul pararam sem a presença de piquetes.

Os piquetes estavam compostos, em média, de 100 a 150 operários, agindo de acordo com um plano decidido pelas respectivas coordenações.

O sindicato falou em 85% de adesão à greve. Talvez houvesse uma certa superestimação nestes dados. Mas o fato é que a disposição da massa envolvida na greve era enorme. O pessoal dos piquetes se movimentava por quilômetros um dia inteiro, sem descanso e comida. Enquanto isto os patrões aceleraram o dissídio para julgar a greve no TRT.

Na FIAT a comissão de fábrica discutiu sua atitude diante da greve. Avaliaram haver poucas chances de uma adesão.

À zero hora os bancários do Rio entraram em greve.

Um balanço ao final do 1º dia: a ação, no conjunto, ainda fora pouco organizada. Na Avenida Brasil, o piquete dividiu-se em 2 grupos, com uma média de 60, cada um. O piquete na White Martins dispunha de respaldo de uma delegação sindical, formada antes da greve numa assembleia de 100 operários (a fábrica tinha aproximadamente mil no setor metalúrgico), mas mesmo assim foi difícil parar a fábrica. Na Ciferal (aproximadamente 2.000), a situação foi mais tranquila; aliás, o grosso do piquete da Avenida Brasil era da Ciferal. Nos estaleiros, o Caneco era o ponto mais avançado. De lá havia saído um agrupamento de mais ou menos mil operários para a assembleia de 6ª feira. O piquete do Caneco, chamado de piquetão pelo grande número de participantes (mais ou menos 300), dividiu-se em vários sub grupos: um foi para a Ishibrás, outro para a Emaq, um terceiro para a GE.

A falta de uma coordenação foi o principal problema detectado pela oposição. Depois da ação os piquetes deviam encontrar-se para um balanço do trabalho de cada área, mas isto não ocorreu.

13, quinta-feira.

O quadro geral era de paralisação.

A situação nos estaleiros: a repressão policial começava a se fazer sentir na Emaq e na Ishibrás. Na Emaq, três camburões da PM obrigaram os operários a entrar na fábrica, anulando a ação do piquete que nesse momento contava com apenas oito operários. Ameaçados pelas metralhadoras da PM, os piqueteiros dirigiram-se ao sindicato e de lá voltaram com reforço. Conseguiram então manter a Emaq parada.

A repressão foi ostensiva nas médias e grandes empresas. Na Avenida Brasil, a última fábrica metalúrgica (Prodígio) foi parada. Ocorreu aí uma discussão com o patrão. Na reunião de balanço, o exemplo foi analisado em termos de confronto de classe. Muitos operários tomaram a palavra. O piquete estava organizado em coordenação, comissão de fundo de greve, articulação com o sindicato.

No sindicato, porém, o clima era de medo de uma possível intervenção do Ministério do Trabalho. Aliás, Pimentel ficaria sentado à mesa de telefonia durante toda a greve. O presidente da Federação dos Metalúrgicos, Del Prat queria um acordo com os patrões na base de 74% de aumento. A maioria dos ativistas defendia a continuidade da greve e, sobretudo, o reforço da base – com a ação dos piquetes.

14, sexta-feira.

O quadro de paralisação ainda era geral.

Nos Estaleiros, tudo parado.

Em Inhaúma, o piquete já estava dividido por fábricas. Encontrou resistência na

Eletromar (grande) e na Zenith (média), mas a paralisação era geral.

Guadalupe também parada.

São Cristóvão, a parada havia sido espontânea e se mantinha.

Em Jacaré, no piquete da General Eletric participava uma minoria da própria fábrica, pois o grosso vinha do Caneco. Divisão entre os operários acerca da manutenção dos altos-fornos.

Campo-Grande: maioria das fábricas paradas. A Ishibrás estava na vanguarda. Resistência na COSIGUA, desde o primeiro dia. Conforme as pressões dos patrões aumentavam, variavam os percentuais de comparecimento ao trabalho (40%, 50%,60%). A repressão foi intensa e ocorreram várias escaramuças entre os piqueteiros e a polícia militar. Falou-se em mandar um piquetão para lá, e novamente os operários do Caneco se apresentaram como voluntários. Parar a Cosigua transformara-se num "ponto de honra" para os operários e num "bastião" de resistência para a burguesia.

Nova Iguaçú: apenas três fábricas paradas. Na maioria, a greve foi furada, os patrões estavam nas portas da fábrica de armas na cintura e, além disso, contavam com a proteção da PM. Os piquetes fracos (8 a 15 em média) e a coordenação setorial simplesmente inexistente. Os operários de lá pediram ajuda.

Na Avenida Brasil, o piquete procurava conquistar adesões nas fábricas. Isto ocorreu na José Salgueiro. O piquete foi batizado pelos próprios operários com o nome de "Águia" numerado conforme o número dos grupos (neste dia, havia três).

Assembleia geral: 10.000 operários presentes aprovam a continuidade da luta. A diretoria sente que ainda não pode propor o recuo, mas os comentários sobre uma possível intervenção do Governo e a declaração da ilegalidade da greve pelo TRT (durante a tarde de sexta-feira) induziu a diretoria a marcar assembleia geral para o domingo, quando o número de participantes inevitavelmente seria menor. A maioria dos ativistas embarcou nesta manobra.

16, domingo.

Neste dia, o sindicato distribuiu boletim no qual exaltava as virtudes do movimento e concluía propondo o fim da greve. Membros da diretoria discutiam com todos os operários que chegavam. A assembleia estava marcada para as 10:00 hora da manhã. Faltou energia elétrica e a assembleia só começou às 12:00 horas. Contudo a "vanguarda" da greve – mais ou menos 1.500 operários, entre piqueteiros e ativistas – já havia chegado bem cedo ao sindicato, desenvolvendo intensa discussão até a hora do começo da assembleia.

Cada corrente de opinião política defendeu sua posição diante desses operários.

A assembleia teve início com 5.000 presentes, e pelo número que ficava claro que a manobra da diretoria fracassara. Falaram cinco a favor e cinco contra a greve. Quem sustentou a defesa da greve foi o pessoal da Avenida Brasil, cujo piquete então chegara a 250 operários. O piquete "Águia" começava assim a se destacar como novo ponto avançado de greve.

Os argumentos contra a greve referiam-se à "fraqueza do movimento", ao "esvaziamento dos piquetes" (neste momento seus defensores receberam uma estrondosa vaia) e à "repressão vai baixar e intervir no sindicato".

O pessoal da oposição sindical tomou a palavra para criticar a diretoria do sindicato, *que não dirige a greve. O movimento não está fraco. Os piquetes estão organizados, aumenta a participação a exemplo do que acontece na Avenida Brasil.*

Em seguida falou-se da possibilidade de intervenção do Governo, coisa que era fruto de toda uma legislação trabalhista. Falou-se da CLT que não defende os interesses do peão. Neste momento um operário da Avenida Brasil gritou – *põe a CLT no lixo!* – sendo intensamente aplaudido. O grupo da oposição defendeu a organização dos peões nas fábricas. Afirmou que a policia está do lado dos patrões. *Nós estamos em greve, no momento devemos reforçar a greve*, palavras que foram intensamente aplaudidas.

Posta em votação, a continuidade da greve foi aprovada por unanimidade. A diretoria assumiu a continuidade da greve.

Após a assembleia, os coordenadores de área tomaram decisões importantes: resolveram transformar-se na direção prática do movimento grevista, indicando a executiva da comissão de salário para assumir a direção da greve em caso de intervenção no sindicato; encaminharam a elaboração de boletins de greve; convocaram nova assembleia-geral para 2ª feira. Cada grupo de piquete deveria reunir-se para organizar as ações na sua área.

Paralelamente, as várias entidades (EM TEMPO, HORA EXTRA, BERRO, COMPANHEIRO, BRASIL MULHER, O TRABALHO, Comitê Brasileiro de Anistia) e deputados estaduais, como Rosalice e Edson Khair, que prestavam apoio à greve também faziam sua reunião.

17, segunda-feira.

A repressão intensificara-se em todas áreas. Prisões de operários na Avenida Brasil (3), em Inhaúma (7), Estaleiros (5), GE (4) e Nova Iguaçu. Nos estaleiros, devido a perseguições policiais, um operário fora atropelado.

Nos estaleiros, o enfrentamento entre piquetes e polícia era constante.

Na Avenida Brasil o piquete se dispersou e se concentrou novamente em outras fábricas. Em Campo Grande, na Cosigua, novos confrontos, pois lá estava o piquetão, incluindo operários do Caneco. A PM cercou a siderúrgica até 200 metros, a cavalaria patrulhava as ruas e prendia piqueteiros. Na área de Jardim América a repressão também era intensa. Na GE, a PM atirara bombas de gás lacrimogêneo.

O quadro geral da greve: retorno de 30%. A situação nas áreas era a seguinte:

- na Avenida Brasil estavam paradas as grandes fábricas;

- os Estaleiros continuavam parados, com um pequeno comparecimento na Ishibrás e Emaq;

- 40% voltaram ao trabalho em São Cristóvão;

- em Inhaúma comparecimento pequeno nas grandes empresas;

- grande comparecimento em Nova Iguaçu;

- em Campo Grande apenas a Ishibrás continuava completamente parada, pois nas demais o retorno era de 40%;

- em Jacarepaguá o retorno fora total;

- as grandes empresas de Guadalupe continuavam paradas;

- em Jardim América as pequenas estavam paradas, as grandes parcialmente;

- na General Eletric, a maioria dos que entraram para trabalhar (mais ou menos 100) são da Administração.

O apoio aos grevistas restringiu-se a alguns jornalistas do EM TEMPO, HORA EXTRA e BRASIL MULHER, o que suscitou reclamações dos operários. Parlamentar nenhum apareceu.

Nenhuma entidade (nem associação de bairro) manifestou apoio. Funcionou apenas o grupo de mulheres operárias de Jacaré que ajudaram na alimentação e ofereceram pousada para os piqueteiros. Estas e mais outras estavam também no sindicato organizando a comida, pouca inclusive, para a massa de piqueteiros. Vendiam bônus, algumas até participavam nos piquetes.

Terminava o dia. Os piqueteiros dirigiram-se para o Sindicato, onde o ambiente era da maior confusão. A diretoria voltou a defender a suspensão da greve.

Quais os setores dispostos a continuar? Os piqueteiros da Avenida Brasil, da Ge, parte do Caneco e da Ishibrás de Campo Grande.

O pessoal da oposição sindical avaliou a situação do seguinte modo: o movimento estava desorganizado e o desgaste começava a aparecer, principalmente devido à repressão. A prisão de lideranças, como na GE, levava à dispersão do piquete. Embora houvesse um setor disposto a manter a greve (os piquetes acima relacionados) a tendência ao retorno prevalecia na opinião dos operários na maioria das áreas, de todos os coordenadores e da diretoria do sindicato. A oposição não tinha força para liderar a greve sozinha, ainda mais que a prova decisiva estava por vir, pois a intervenção no sindicato era eminente. Corria a notícia de que a intervenção fora adiada das nove para as 17 horas; com a intervenção e a violência repressiva aumentada, o movimento grevista fragmentar-se-ia em mil pedaços.

Em seguida este pessoal da oposição reuniu-se com o piquete "Águia”. Apresentou o quadro da situação do movimento e defendeu a suspensão da greve.

Reticentes, os operários resolveram dar uma espécie de voto de confiança no representante da área. A assembleia geral decidiria.

Quatro mil e quinhentos operários compareceram à assembleia. Pimentel abriu a assembleia falando na vitória da organização do movimento, da unidade, do trabalho de base muito bom. Referiu-se às comissões de fábrica e que daqui a quatro ou cinco meses a categoria entraria em greve novamente. Foi muito aplaudido. O tom do pessoal que se opunha à diretoria foi de crítica, culpando-a pela desorganização da greve. Propôs fortalecer o sindicato através das pressões da massa, sendo esta a forma de combater a intervenção do governo. O pessoal da oposição sindical destacou o papel das setoriais, da unidade entre os peões; afirmou que o sindicato é atrelado ao Estado e que os piquetes deviam se manter organizados para dar lugar a uma organização nas áreas.

À exceção de Pimentel, todos os outros elementos da diretoria foram vaiados. Os que se opuseram à diretoria receberam os aplausos.

No dia 17 de setembro de 1979 terminou a greve geral dos metalúrgicos do Rio de Janeiro.